

Breves Reflexões Sobre o Valor e o Meio Ambiente nos Sentimentos Morais e na Riqueza das Nações¹

Henrique Tomé da Costa Mata²

Jacqueline de Jesus Damaceno³

Paulo Marcelo de Souza⁴

Niraldo José Ponciano⁵

RESUMO: O artigo consiste de breves incursões sobre o pensamento de Smith em duas de suas principais obras, “Teoria dos Sentimentos Morais” e “A Riqueza das Nações”, buscando enfatizar o conceito do valor associado ao meio ambiente. Refletir sobre linhas gerais do pensamento smithiano implica em compreender que de fato existiu excelente consistência na metodologia por ele adotada no estudo do comportamento psicossocial dos agentes econômicos, que tem hoje reflexos em termos da economia e sociologia da natureza. A base de análise em Smith parte da importância do esforço humano no processo de produção e geração da riqueza. Assim, urge a teoria do valor – trabalho e o meio ambiente neste contexto, por produzir bens de fácil acesso e abundância, não assume explicitamente valor. No trabalho faz-se uma análise de conteúdo contextualizando os elementos importantes associados à valor e o link ao meio ambiente para facultar o entendimento atual do debate sobre o comportamento humano em relação às preferências ambientais.

Palavras-chave: Individualismo, egoísmo, altruísmo, valor, natureza, meio ambiente.

¹ Parte da pesquisa desenvolvida pela segunda autora como bolsista da FAPESB e orientada pelo primeiro autor.

²Doutor em Economia Aplicada e Professor da Universidade Federal da Bahia, **E-mail:** hnmata@ufba.br

³Bacharel em ciências econômicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz, **E-mail:** jacque_alfa@yahoo.com.br

⁴Doutor em Economia Aplicada e Professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense, **E-mail:** pmsouza@uenf.br

⁵Doutor em Economia Aplicada e Professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense, **E-mail:** ponciano@uenf.br

1. INTRODUÇÃO

O problema central do meio ambiente se resume em torno do sentimento do valor que a sociedade ou as pessoas individualmente têm em relação a ele. Assim, é imperioso desvendar a dimensão desse conceito na perspectiva do meio ambiente, pois nele reside a espinha dorsal do sucesso de todos os planos e práticas locais e globais de desenvolvimento sustentável. De acordo com Fusfeld (2003, p.73), o avanço tecnológico vem causando danos ambientais irreparáveis, o que leva a sociedade a dar uma maior atenção aos problemas ambientais, principalmente no que se refere ao enfoque que lhe é atribuído dentro do pensamento econômico. A partir desse enfoque e tendo em conta a evolução do pensamento econômico, qual seria o “valor” atribuído ao meio ambiente? Carneiro (1997, p.17) levanta a questão de que as pessoas são motivadas a encontrar uma resposta ao dilema apenas baseada no conceito de preços relativos, uma idéia muito limitada, mas que vem se mostrando apropriada no contexto da economia ambiental segundo a visão clássica. Na visão clássica original temos Adam Smith como o verdadeiro construtor teórico da análise econômica. Adam Smith (1996), porém, reconhece que preço e valor poderiam não coincidir, de maneira que o conceito não deveria ser usado de forma persistente como instrumento de gestão do meio ambiente. Esses elementos baseados em preços e valores normalmente usados como instrumentos de análise econômica corroboram também como bases de reflexões sobre medidas “real” e “justa” do valor do meio ambiente, ou seja, na definição e identificação de um “valor” que não somente se sujeite às flutuações dos desejos individuais expressos pela mão invisível do “laissez faire smithiano, como ocorre na teoria dos preços, mas na atribuição de um valor do tipo universal como força reguladora das ações individuais em relação à gestão dos recursos naturais e meio ambiente.

Adam Smith como filósofo, ele é a própria gênese da teoria econômica e lançou as bases do pensamento daquilo que viria a ser chamada de economia clássica. Ele fez eclodir os fundamentos de uma ciência independente e dissociada da filosofia, o que acabou se traduzindo num tremendo “calcanhar de alquiles” nos nossos tempos, já que reside nesta dissociação não intencional em Smith, as discrepâncias entre as vertentes da utilidade e da produção.

Na sua obra *Riqueza das Nações* de 1776, apesar de ser considerada a primeira grande obra teórica no campo da economia, ela foi, na verdade, uma continuação dos fundamentos da Teoria dos Sentimentos Morais de 1759. A leitura destes clássicos evidenciou uma relação nítida com a pesquisa sobre o meio ambiente e a evolução histórica do conceito do valor a partir dessa época. A teoria dos sentimentos morais revelou de forma minuciosa a observação do homem na sociedade, seu comportamento “*homo oeconomicus*”, enfim dentro do “jogo da natureza”, à lá Darwin. Na riqueza das nações, demonstrou-se a diferença existente entre o valor de uso, que diz respeito à utilidade dos objetos sob nosso desejo e o valor de troca, em termos do poder de compra desses objetos.

Ainda em Smith defende-se o valor de troca como determinado pelo trabalho. Segundo ele Smith, “não foi por ouro ou por prata, mas pelo trabalho que foi originalmente construída toda a riqueza do mundo”. Já neste ponto, identifica-se um problema grave: sem equipamentos que caracterizam o conceito e o padrão de capital de nossos dias, grande parte da riqueza foi gerada como dádiva da própria natureza (meio ambiente), mesmo reconhecendo algum esforço humano, como ocorre em processos de extrativismo e muitas formas primárias de produção. A certeza da abundância dos benefícios da natureza sem a necessidade do trabalho humano, fez com que o meio ambiente ficasse desprovido de valor uma vez que a produção é dada em termos de trabalho. Por tempo afora, não houve qualquer tentativa de internalizar o custo de produção da natureza, pois se assim fosse, nosso conceito de valor hoje seria talvez bastante diferente e, dentro de certos limites, o custo social de sensibilização e de gestão ambiental fosse menor. Esses pontos seriam uma alusão inicial ao princípio da escassez, que está na base de construção teórica e evolução da economia. O próprio conceito de escassez teria sido também diferente e não talvez não houvesse necessidade da existência deste importante vocábulo econômico, pois nunca teríamos necessidade de diferenciar entre abundante e escasso. Mas, entretanto, Smith revelou-nos que o homem, pelo fato de precisar recorrer-se à sociedade como forma de adaptação e sobrevivência, deveria defender a natureza com base na justiça. A natureza de que se faz muitas vezes referência em Smith, parece bastante dúbia, pois algumas vezes se pode interpretá-la como a natureza “meio ambiente”, outras vezes como a natureza resultante do caráter “*homo oeconomicus*”, portanto, de natureza humana e, finalmente, como uma dimensão social, ou a própria sociedade na qual o Homem se insere.

1.1. Objetivo

O artigo visa desenvolver breves reflexões analíticas sobre a Teoria dos Sentimentos Morais e a Riqueza das Nações, duas obras fundamentais em economia, no que refere ao debate sobre valor e, a partir desse conceito, associá-lo às derivações e polêmicas sobre valoração do meio ambiente, conquanto novas dimensões do valor, identificando os elementos ou pistas nas duas obras de Adam Smith.

2. METODOLOGIA

Leitura, interpretação crítica e contextualização histórica das relações entre noções originais de valor nas duas obras de Smith formam o alicerce do artigo. A partir destas noções básicas exploram-se os fundamentos e o contexto das formulações teóricas associando-as ao problema ambiental de hoje. Essas reflexões possibilitarão uma melhor compreensão dos problemas de políticas ambientais na sociedade capitalista contemporânea, já que as pistas identificadas e em discussão poderão ajudar entender o verdadeiro espírito da racionalidade humana em relação ao meio ambiente.

3. TEORIA DOS SENTIMENTOS MORAIS E A DIMENSÃO FILOSÓFICA DO MEIO AMBIENTE

Essa importante obra datada de 1759 revela-nos a susceptibilidade de Adam Smith em relação à observância do comportamento humano na sociedade ao longo de sua trajetória histórica. Smith observa, desde sentimentos mais comuns e explícitos de uma pessoa até os mais ocultos elementos do comportamento que atingem direta e indiretamente o meio social e natural. Observe que o meio social ou natural pode ser tratado como dimensões sinônimas. Porque sinônimas? Porque, o homem individual como agente “poderoso” e “racional”, ele determina a dinâmica do sistema, pois a torna eficientemente mais econômica. Esta liberdade individual expressa a força “natural” do sistema, cujo agregado social e, concomitantemente natural se guiará de forma eficiente.

Neste aspecto, Nogaard (2003) expõe alguns elementos de reflexão sobre a noção de modelos heurísticos, ao distinguir a abordagem do modelo presa-predador, como uma construção semelhante à análise de um sistema como um todo e subsistemas que fazem parte dele. Para

Nogaard, modelos baseados na análise de sistemas como o meio ambiente devem ser tratados como ecossistemas que envolvem a economia na perspectiva da eficiência do sistema e não da eficiência econômica “ceteris paribus”, já que o sistema não é heurísticamente determinado pela economia, mas por um conjunto de fatores sinergicamente combinados. Daí percebe-se a diferença entre o “valor-eficiente individual” e o “valor-eficiente social” ou ambiente, que não deveriam merecer o mesmo tratamento dentro das reflexões smithiana, ou, para sermos mais severos e verdadeiros, não foram elementos considerados em Smith.

A Teoria dos Sentimentos Morais divide-se em sete partes, a saber: Da conveniência da ação; do mérito e do demérito ou dos objetos de recompensa e de castigo; do fundamento de nossos juízos quanto a nossos próprios sentimentos e conduta e do senso do dever; do efeito da utilidade sobre o sentimento de aprovação; da influência dos usos e costumes sobre os sentimentos de aprovação e desaprovação moral; do caráter da virtude; e, por fim, dos sistemas de filosofia moral. Com base nestas sete subdivisões que compõem a estrutura geral da obra pode-se esquematizar a fundamentação deste artigo: far-se-á uma breve exposição sobre os aspectos da vida cultural e social que determinariam a conduta das pessoas para com problemas ambientais; em segundo lugar, agrupamos as idéias a partir da constatação sobre os efeitos do sentimento utilitarista das pessoas, que determinariam a forma de agir e o individualismo que lhes são inerentes. A partir daí, capta-se a importância da análise desta categoria em relação às questões de valor e meio ambiente.

3.1. Aspectos da vida cultural e social e filosofia ambiental

A importância deste conteúdo para o desenvolvimento do pensamento econômico dentro da estrutura dos sentimentos morais se dá pelo caráter social, comportamental, cultural e até abstrato que compõe o conceito do valor que é atribuído às coisas pelos indivíduos ao manifestarem seus sentimentos para cada coisa ao seu redor. O que se pode designar de “coisa” envolve um conjunto grande de objetos concretos, simbólicos e imaginários, dentro dos quais se podem agregar também o meio ambiente, já que o meio ambiente poderia ser tratado como uma coisa intrínseca à própria natureza humana. E, em relação a isto, Smith salienta a diversidade de sentimentos presentes numa sociedade, destacando que as diferenças podem ser percebidas pelas virtudes individuais, pela bondade e por outras características semelhantes. Por outro lado, também existem àqueles indivíduos que optam por força da

“natureza” àquelas características opostas. É essa diversidade de atributos individuais que pode ser determinante na relação do homem com a natureza, e, portanto, com o meio ambiente. Vejam aí, que, a expressão “relação do homem com a natureza”, não nos é explícito, sobre qual “natureza” se trata, mas podemos deduzir que se trata num sentido amplo, de natureza na qual o homem toma e faz parte, sem a qual, ele, o homem, não existiria como tal.

Nas relações sociais, existem situações que podem gerar gratidão e incentivar a benevolência entre indivíduos e objetos materiais e imateriais. Mas se, porventura, alguém não manifestar gratidão ou benevolência mesmo numa situação digna disso, a pessoa não deve ser punida, porque elas devem ser espontâneas e “naturais”. Para Smith (2002), não parece normal demonstrar gratidão ou ressentimento por objetos inanimados, entretanto isso pode acontecer, por exemplo, com os animais. É normal o registro desses sentimentos de afeição, porém ainda não estaríamos completamente satisfeitos, porque o importante não é apenas recompensar ou punir o outro, mas sim fazê-lo perceber o que estamos fazendo, o que não acontece com os seres da natureza. A compreensão deste parágrafo leva-nos a considerar o seguinte: a relação entre o homem e as coisas que o circunda seria, na verdade, uma relação recíproca. A idéia que se retira de Smith é a de que, no caso dos seres ou objetos inanimados, a benevolência do homem não seria completa se não houver uma correspondência mútua na dimensão do valor do bem praticado. Se o meio ambiente for tratado dessa mesma forma, digamos, como um objeto de consumo, ou, como um ser inanimado que faz parte integrante do ambiente social, cultural e econômico do homem, então, estava-se diante de uma limitação interpretativa, pois a resposta ambiental à satisfação egocêntrica de uma pessoa não poderia ser comprovada, parafraseando pelos fundamentos dos sentimentos morais.

O ressentimento é a salvaguarda da justiça, mas a falta dele não é um mal do qual devemos nos defender. Contudo, violar a justiça expõe ao ressentimento e ao castigo; enquanto cumpri-la, embora seja sensato, não leva a maior gratidão. No quadro ambiental, essa descrição pode ser ilustrada na análise das amenidades ambientais geradas pela Natureza à sociedade. Estas amenidades representam o grande motivo para despertar a gratidão dos seres humanos à “natureza”. Porém, tal gratidão não tem sido percebida ao longo dos tempos, o que, porém, não deve merecer punição, segundo Smith. O que não se deve aceitar é a postura da sociedade com relação à exploração desordenada da natureza, a poluição exacerbada dos recursos

naturais, que caracterizam violação da justiça, pois este comportamento das pessoas tem as levado à escassez, comprometimento da saúde e a impossibilidade da reprodução futura do indivíduo, o que configura uma autêntica injustiça de per si.

Por outro lado, a exploração e o consumo frenético na natureza resultam do senso individual, ou, se quisermos natural das pessoas, da “necessidade” de enriquecerem e de suas condutas em relação ao conceito do valor predominante em contraposição aos verdadeiros sentimentos de justiça, ética e moral, valores transcendentais relativamente ao juízo do valor da vida humana. Embora o homem se valorize em relação aos outros, ele não pode prejudicá-los em seu próprio benefício. A desvalorização da natureza implica na desvalorização do próprio homem, que depende desta para sobreviver como forma de vida e espécie.

Apesar de Smith ter afirmado que a violação das leis naturais da justiça resulta nos piores sentimentos humanos, durante muitos séculos não havia uma discriminação nem rejeição da conduta humana em relação à seus sentimentos ambientais. A explicação para isso se deve à compreensão e a crença da infinitude ambiental, que dentro de certos limites representava uma dádiva divina e que, portanto, a imaginação humana não apresentava nenhuma restrição em relação ao ambiente. Hoje, porém, sabemos que essa dádiva divina está se esgotando e a preocupação com a preservação e conservação passa a representar uma atitude estritamente de justiça. A emergência do debate desses problemas resulta do próprio processo científico e tecnológico que passa a dominar o conhecimento do homem e do próprio sistema de consumo e produção vigente e dominante, mas, sobretudo de uma dimensão de justiça e ética, estes, sim, verdadeiras dimensões de valor.

Quanto à dimensão cultural Smith revela acreditou que existe uma força superior governar a natureza e os homens e ele entendeu a natureza como todo o sistema biológico, antropológico, sociológico, ou seja, a existência de um “Grande Autor”, que necessariamente pode não estar relacionado a Deus. Segundo ele, o curso natural da vida não é determinado pelo esforço humano. Toda a expectativa de justiça do homem é relegada à esse “Grande Autor”, através do qual a religião também cumpriria o senso natural do dever e justiça. O papel da religião nesse caso, tomado como existência de uma força divina e natural consiste da aplicação de leis visando a regulação de justiça.

Continuando os fundamentos nos Sentimentos Morais, Smith enaltece uma forma de valor intrínseco sujeito-objeto que é a felicidade. Segundo ele, as pessoas não sabem compreender o valor da felicidade, já que a riqueza é tida como o elemento fundamental de valor social, talvez depois dela, emana a felicidade. Mas a felicidade e a riqueza são duas coisas absolutamente distintas, embora podendo se verificar alguma complementaridade entre elas. Com isso, surge a dicotomia entre o valor da natureza e o meio ambiente. Se o meio ambiente e natureza forem entendidos somente como fonte de riqueza, então outros valores intrínsecos não considerados neles, como a felicidade, não poderão ser levados em conta. Finalmente, importante questão a considerar também reside na noção da distribuição dessa riqueza e da felicidade como formas de valor. Essa diferença distributiva entre diferentes formas de valor é a base da motivação destruidora do meio ambiente pelo homem.

Outro fator importante que pode determinar a conduta do homem diante da natureza e, portanto, diante do meio ambiente diz respeito aos elementos estritamente culturais, como usos, costumes e tradições de uma sociedade. Através desses atributos se forma grande parte do juízo de valor que as pessoas têm em relação às coisas e aos objetos da natureza. Por exemplo, como conferir o sentimento de beleza de uma floresta ou de qualquer outra beleza cênica do meio ambiente? Esse sentimento verdadeiro deveria ser a dimensão real do valor da natureza, mas se assim for, esse valor seria bastante relativo, já que ele variaria de acordo com esses padrões culturais de cada sociedade (origem de conflitos regionais e internacionais na gestão global do meio ambiente). A análise fundamentada destes elementos gerais do pensamento smithiano fica ainda mais complexa quando considerarmos o ser humano como fazendo parte somente de uma única sociedade, a sociedade humana.

3.2. O sentimento utilitarista e o individualismo econômico

Transpondo aqueles aspectos culturais e sociais para aspectos mais individuais parte significativa da obra identifica o homem como sendo essencialmente egoísta. Esse egoísmo que Smith caracteriza como a força motivadora e dinâmica da prosperidade, embora em graus diferentes, nele reside parte substancial dos sentimentos humanos diante do outro e a sua postura diante da natureza. É, portanto, baseado nesse egoísmo que está a origem de toda a construção conceitual do valor associado ao meio ambiente. O valor ambiental emana de uma percepção e reação individual com relação às amenidades geradas da natureza. Por

consequente, o valor atribuído à natureza por uma determinada pessoa pode não coincidir com o valor percebido por outras, dependendo desse caráter egoístico associado a cada pessoa. Sabemos, contudo, que dentro de cada indivíduo, existe uma infinidade de sentimentos muito divergentes que, na muitas vezes caracteriza-o como sendo do tipo naturalmente egoísta, que visa primeiramente o seu próprio ego e engrandecimento individual. Essa pessoa busca e luta pelo bem da sociedade como forma de assegurar sua própria prosperidade. Prosperidade neste caso pode ser entendida no nosso tempo como sinônimo de riqueza especialmente na idéia de riqueza material.

Nesse contexto bastante dual, verificamos que a ambição e a avareza trouxeram a injustiça para o mundo e aos sentimentos morais, observar que a riqueza é mais valorizada que a sabedoria e sensatez, diz Smith. Neste aspecto, é possível fazer uma analogia com a questão ambiental, segundo a qual se pode comprovar que o homem, de fato, tem priorizado a riqueza em detrimento de outros aspectos essenciais à sua sobrevivência. Por exemplo, o dilema entre o presente e o futuro, a questão fundamental da diversidade, a crise existencial do homem, o crescimento da miséria, enfim um conjunto de requisitos éticos que deveriam representar o verdadeiro sentido de valor e que não residem necessariamente no individualismo, no egoísmo ou na busca da riqueza e “prosperidade”. A busca persistente e incansável da riqueza tem sido o principal motivo da exploração irracional dos recursos naturais. Mas, as descobertas científicas e tecnológicas vêm mostrando o perigo que a rotina da riqueza pode nos levar, chamando nossa atenção para um problema até então desconhecido, a escassez de recursos naturais e a debilidade do meio ambiente em absorver nossas ações de “prosperidade e progresso” sem fim. A mesma ciência e tecnologia que incentivam o abuso e a destruição da natureza, agora nos alerta para a necessidade de construção de uma base cultural e civilizacional responsável no ordenamento do meio ambiente.

Então, fica claro que o meio ambiente não deve ser compreendido como coisa essencialmente útil à sobrevivência humana na perspectiva de produção e consumo, mas ele deve fazer parte de um sistema em que, indistintamente, não se pode separá-lo do homem. Além disso, a beleza da natureza deve ser um conceito intrínseco à própria beleza existencial da espécie humana e a evolução deste sentido é que deveria suportar as bases do valor ambiental. Por conseguinte, a tarefa de conceber um valor ao meio ambiente é bastante difícil, a partir das constatações de Smith. Esse valor só poderia ser determinado de conformidade com as

dimensões de valor cultural, moral, ético, sentimental e religioso que devem caracterizar o ser humano como sujeito único, mas cheio de diferenças. Mesmo assim, Smith deixou-nos algumas pistas importantes que podem corroborar com reflexão deste tema. Idéias que expressaram a forma econômica e monetária com que o homem busca sempre tratar a natureza. O simbolismo da riqueza que o homem atribui a natureza. Com base nessas idéias, investigamos alguns elementos no “An Inquiry into the Nature and causes of the Wealth of Nations” que darão pistas sobre o valor do meio ambiente.

3.3. Variantes da filosofia ambiental extraída na “Riqueza das Nações”

Fusfeld (2003, P.50) considerou a Teoria dos Sentimentos Morais como uma das obras mais importantes da civilização ocidental e que ela representa uma “mistura fascinante de ideologia, filosofia e análise teórica”. A obra Riqueza das Nações, por outro lado, é destaque importante no campo da economia política por se tratar de uma abordagem ampla, com aspectos diferentes da vida social e revelando o marco inicial, a partir do qual, a economia evoluirá. Na Riqueza das Nações, Smith considerou cinco pontos fundamentais: as causas do desenvolvimento das forças produtivas e a ordem segundo a qual a produção é naturalmente distribuída entre diversas categorias sociais; a natureza, o acúmulo e o emprego do capital; a diversidade do progresso da riqueza em diferentes nações; sistemas de economia política; e, os tributos.

À primeira vista, podemos notar poucas referências à noção de valor naqueles cinco aspectos fundamentais que ajudem efetivamente na construção de um conceito de valor ambiental, não obstante, a idéia intrínseca de valor explícito nesses cinco aspectos dizer respeito ao problema da formação e distribuição da riqueza. Entretanto, para efeito de uma associação com a filosofia do valor ambiental, serão abordados nesta parte da análise, os principais tópicos que nos permitem uma associação às questões ambientais e com o conceito do valor. A preocupação inicial de Smith estava relacionada com a determinação do valor real das coisas, na forma de um critério de medida que possibilitasse a realização de trocas justas entre coisas diferentes. Isso conduziu Smith a formalização do conceito de valor - trabalho, já que todas as coisas produzidas dependem, em maior ou menor grau, do esforço humano. Porém, qual seria o lugar do meio ambiente nesta formalização original de Smith, já que se tratam nesse caso específico, de coisas produzidas não pelo trabalho, mas por uma força natural, e talvez

“divina”. Neste sentido, estamos interessados em embutir um valor justo para as coisas naturais pela importância dessas coisas na formação de riqueza e, portanto, para a geração do valor. Esse problema não se resolve na base da teoria do valor - trabalho, mas sim, na base de uma nova construção teórica e da modificação dos pressupostos do comportamento humano diante da natureza.

A construção de Smith mostrou que o trabalho deveria ser o custo real das coisas. O trabalho seria a única medida universal e a única medida de valor, ou seja, o padrão-ouro através do qual poderíamos comparar bens diferentes, em todos os tempos e em todos os lugares. Um ponto crucial nesta análise foi o estímulo que os agentes têm pela busca de riqueza e de seu valor intrínseco, já que Smith não considerou a idéia de lucro e a possibilidade de aluguel da terra, por exemplo, que nesse caso é tido como um bem ambiental desprovido de valor que resulta do esforço humano. Essa idéia está também por trás da explicação do processo de acumulação diferencial, uma vez que esse valor gerado pela renda da terra não representou um trabalho efetivamente. Esse melhoramento teórico passa a representar a contribuição de Ricardo, que acrescenta a renda da terra e o lucro como novas medidas agregadas de valor. Essas idéias levam-nos imediatamente à conclusão sobre a sobvalorização do patrimônio ambiental, já que não se vem computando o valor equivalente à existência desses ativos criados por alguma forma de sacrifício extra-humano.

Smith distingue por outro lado, entre a noção de uso e a noção de troca e ele observa que esses dois pontos raramente são se coincidem na prática. O próprio autor usa um bom exemplo que extrai da natureza para ilustrar a assertiva. Por exemplo, o valor de uso da água é extremamente elevado devido a sua essencialidade; entretanto, já o seu valor de troca seria muito baixo. Pode-se observar neste importante exemplo, em que a água representa um importante elemento ambiental de nossos dias, que apesar de ter elevado valor de uso, não tem qualquer expressão no processo de troca, partindo do princípio de que a sua abundância e também da inexistência de trabalho definido na sua produção natural. Outro aspecto inerente ao baixo valor de troca da água prende-se à percepção da utilidade e das leis de oferta e demanda também inerentes à noção de abundância. Em contrapartida, o diamante, que apesar de não ter muito valor de uso, pois não confere, à primeira vista, alguma utilidade no seu uso, tem um elevado valor de troca, que decorre a priori, também da idéia de escassez e abundância. Poderíamos discutir aqui, a noção de utilidade simbólica que representa também

uma importante forma de percepção de utilidade e da idéia de valor de uso em detrimento do princípio smithiano que está por trás do valor de troca.

Agora, podemos entender em Smith o meio ambiente como a própria natureza, no sentido de recursos naturais. Assim, para ele, a natureza é dada por uma “força divina” e pelo agregado do trabalho a ele incorporado no sentido da geração do valor ou renda, no caso especial, a renda da terra. Smith mostra, dada a relevância na sua época, que a agricultura seria uma ótima opção de investimento, e que poderia servir para a geração de riqueza. Na atualidade, a agricultura representa um importante componente ambiental que deve ser administrado dentro dos critérios de sustentabilidade, que pode ser comprovado em Harris (2003), ao afirmar:

“An environmentally sustainable system must maintain a stable resource base, avoiding over-exploitation of renewable resource systems or environmental sink functions, and depleting non-renewable resources only to the extent that investment is made in adequate substitutes.”

Isso pressupõe que o investimento deva ser disciplinado de forma a garantir um equilíbrio na distribuição da riqueza gerada, na manutenção do bem estar social e na justiça intergeracional do processo de exploração. Essa mesma tese faz parte dos argumentos fisiocráticos, que atribuíam à agricultura a base de formação da renda (BARBER, 1979). Entretanto, tanto Smith quanto os fisiocratas não demonstraram uma preocupação com relação ao enfoque ambiental de uso da terra, uma vez que a noção de reprodução da renda foi por eles sempre atribuída a idéia do trabalho, e, portanto, também à tecnologia, no sentido da produtividade.

3.4. Tópicos especiais na relação entre o meio ambiente e conceito de valor em Smith

Ficou evidente que Smith adotou a Teoria do Valor-trabalho, que viria a ser refinada posteriormente por Ricardo. Alguns tópicos extraídos dessas duas obras, valor – trabalho, renda da terra, relação rural – urbana e a dimensão dos interesses individuais e coletivos são expostos a seguir.

3.4.1. Sobre o valor-trabalho

A constatação de que o valor de qualquer coisa é proveniente de uma quantidade de trabalho empreendida nela, eclodiu a partir da certeza de que o trabalho era a medida real do valor para todas as coisas. O dinheiro seria apenas o preço nominal dessas coisas. A partir dessa assertiva, pode-se afirmar que é barato aquilo que tem pouco trabalho incorporado, e é caro aquilo que só é obtido a partir de muito esforço. Nesta ótica, os recursos naturais podem ser classificados como coisas caras e baratas. Caros são os metais e minerais que exigem trabalho duro e perigoso; baratos são objetos como o ar que se respira, que não custa nada porque não exige nenhum esforço em termos de trabalho, a própria natureza faz esse trabalho em favor do homem. Mas ao mesmo tempo em que Smith afirma que trabalho era o único determinante do valor, ele também considera a existência três fontes de valor que estava atrelado à renda. Seriam os salários, os lucros e a renda da terra. Estes pontos viriam a ser refinados por Ricardo, na teoria da distribuição.

3.4.2. A questão da renda da terra

Vale ressaltar que a questão da renda da terra abordada inicialmente em Smith (1996, p. 152), segundo a qual a terra seria uma fonte de renda, surge dos gastos realizados com ela para torná-la produtiva. Ou seja, as despesas fundiárias empreendidas pelo proprietário para a melhoria das suas terras e despesas anuais com o cultivo, além da manutenção para a continuidade do processo. Malthus e Ricardo viriam a sugerir uma abordagem semelhante com relação às diferenças na intensidade e distribuição natural da riqueza da terra. Ambos afirmariam que a “mesquinhez da natureza” teria feita a terra escassa e de qualidade variável. Diferenças na qualidade da terra estarão em parte na base da teoria de repartição diferencial, fundamentos que explicam inicialmente o processo de acumulação capitalista.

Entretanto, em Ricardo, é possível observar que esse fator renda da terra tem uma abordagem diferenciada da abordagem Smithiana. Para Ricardo, as diferentes características da terra davam ao proprietário diferentes possibilidades de renda. A existência de terras cujos custos de produção eram inferiores ao custo de outras terras geraria uma renda diferencial oriunda do diferencial de produtividade entre elas. Nesta abordagem de renda, ambos os autores não se preocuparam com a questão ambiental intrínseca ao uso da terra, preocupando-se apenas com o problema da formação da riqueza decorrente de seu uso.

3.4.3. A relação rural - urbana ou campo - cidade

Com relação a dicotomia urbano-rural que está relacionada a idéia de cidade-campo, aí sim, Smith compreende a relevância do problema, pois para ele a valorização exacerbada dada à agricultura, em termos de exploração desses recursos como importante ativo ambiental, poderia levar à sua destruição ou a destruição da própria natureza. Nesse sentido, entendendo a gravidade do problema, ele passa visualizar e a orientar os agentes para formas alternativas de geração da riqueza, à exemplo de comércio e outras atividades produtivas.

Traduzindo em linguagem atual, isso representa o grande dilema ambiental de nosso tempo, o estabelecimento de relações econômicas entre a cidade e o campo no processo de fornecimento dos bens ambientais como insumos à produção e consumo nas cidades.

3.4.4. O trade - off entre interesses individuais e coletivos

A exploração desregulada de recursos naturais vinha sendo amparada pelo conceito econômico de valor-trabalho, segundo o qual os recursos poderiam ser extraídos facilmente conforme os limites da racionalidade e eficiência econômica, portanto, o preço seria determinado pelo valor do trabalho despendido na exploração e as condições de troca. Nesse sentido, o processo de formação da riqueza estava intrinsecamente ligado ao processo de exploração ambiental mais ou menos gratuita. Nesta linha de pensamento e baseado também na noção do valor e da riqueza que se pode extrair de Smith, o meio ambiente não tinha valor dentro da perspectiva que lhe é atribuído hoje, mas sim um valor essencialmente econômico no sentido da formação da riqueza material, digamos um valor simbólico. Isso demonstrou a abordagem que está por trás da natureza *homo oeconomicus*, no espírito individualista e do egoísmo exacerbado pela riqueza material que norteia o senso comum e paradigmático da economia moderna. Uma grande contradição se evidencia entre os atributos de qualidade ambiental baseados no valor ético e moral e o valor material atribuído ao meio ambiente, ainda hoje. Porém, iniciativas egoístas como aquelas já haviam sido consideradas por Smith, na Teoria dos Sentimentos Morais.

Finalmente, para sermos justos ao legado Smithiano, não se deve esquecer que o próprio Smith levantou a seguinte questão: apesar dessa natureza egoísta de um indivíduo, ele deve ter

consciência de que necessita da sociedade para viver e, portanto, essa sociedade é a representação fiel do meio ambiente que se faz referência neste artigo, sem o qual seria impossível qualquer forma de reprodução social humana.

Considerações finais

Pela simples observação do comportamento das pessoas na sociedade, pode-se constatar que existem pessoas justas e prudentes bem como pessoas injustas e insensatas, que adotam diferentes comportamentos diante da natureza, conforme o estado de pobreza ou de ambição que lhes são característicos. O homem precisa da sociedade para sobreviver, afinal ele é um ser social. Assim, de acordo com Smith, mesmo agindo com instinto egoísta, ele deve promover o bem social. Como acontece no mercado de bens, também ocorre com o meio ambiente onde vive o homem e ele deve fazer o possível para proteger o meio ambiente em que ele vive através da justiça. Ao agir assim com justiça, ele já não estará sendo um ser essencialmente preocupado com estas questões em si mesmas, mas ele se preocupa agora com a sua sobrevivência. O trinômio sociedade-natureza-meio ambiente deveria ser a expressão única para o tratamento do meio ambiente na acepção correta do termo. A concepção de que o meio ambiente faz parte da sociedade, tanto quanto o homem faz, não tem sido observada, visto que a relação estabelecida entre ambos simboliza uma relação de troca unilateral, na qual o homem somente vem extraindo os recursos de que necessita da natureza. A crença de que os recursos naturais seriam ilimitados vinha certificando ao homem quanto à possibilidade de formação da riqueza sem se preocupar com a continuidade da oferta desses bens. Mas a exploração intensiva e unilateral associada a uma série de fatores caracteriza o estado geral de danos hoje no mundo.

Então, diante disso, quais os valores sociais reais, psicológicos ou econômicos do meio ambiente? A resposta para a questão depende do senso social, psicológico e também econômico de cada sociedade. O problema não reside na abordagem estritamente econômica, mas sim num enfoque global, envolvendo os atributos biológicos, culturais, éticos, morais e econômicos. Essa demanda de mudança de paradigma pressupõe mudança também no caráter do homem, na sua forma de pensar e agir diante da natureza.

Importante conclusão que se pode extrair de Smith é de que ele nos forneceu boas pistas sobre a atitude individualista que caracteriza o indivíduo em tudo o que faz, sem distinguir o comportamento que deveria ser ideal para a prática de justiça social e ambiental. Smith fez apenas uma constatação comportamental, uma análise de benefício-custo do altruísmo e egoísmo, enquanto as consequências ambientais de sua análise não eram tema relevante de sua época. O legado egoístico do indivíduo está na origem das distorções ambientais do nosso tempo, e nisso Smith acertou na descrição dos sentimentos morais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBER, W.J. História do Pensamento Econômico. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

CARNEIRO, R. Os clássicos da Economia. Vol. 1. SP: Ática, 1997.

FUSFELD, D.R. A Era do Economista. São Paulo: Saraiva, 2003.

HARRIS, J. (2003),

NORGAARD, R. B. Epistemology Methodological Pluralism in Theory and Practice. International Society for ecological Economics. International Encyclopaedia of Ecological Economics. February, 2003.

SMITH, A. Teoria dos Sentimentos Morais. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SMITH, A. A Riqueza das Nações: Inquérito sobre sua Natureza e suas Causas. Vol.1 e 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996.